

11 — Publicitação das listas — as listas de admissão dos candidatos e de classificação final serão afixadas no átrio do edifício sede da CMO, Largo do Marquês de Pombal, e no edifício do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Rua de 7 de Junho, em Oeiras.
12 — Composição do júri dos concursos:

Concurso I:

Presidente — Engenheiro Rui Manuel Matias Várzea, director do Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Paula Cristina Magalhães Saraiva, directora municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional.

2.º Dr. Filipe Alexandre Alves Lourenço Martins, especialista de informática, grau 2, nível 1.

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Célia Maria Cruz Fonseca Matos Graça Simões, directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos.

2.º Técnico superior assessor José Ramos Mendes.

Concurso II:

Presidente — Engenheira Maria Teresa Graça Dias, chefe de divisão de Gestão do Espaço Público.

Vogais efectivos:

1.º Engenheiro Carlos Manuel Santos Elvas, chefe de divisão de Equipamentos Municipais.

2.º Encarregado João Carlos Santos Passos.

Vogais suplentes:

1.º Carpinteiro principal Martinho Luís Simões Santos.

2.º Carpinteiro principal Rodrigo Nicolau Queirós.

O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

25 de Outubro de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.
2611060297

Edital n.º 965/2007

Isaltino Morais, licenciado em Direito, presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontrará a partir do dia 12 de Novembro de 2007 e pelo prazo de 15 dias a discussão pública referente ao pedido de loteamento na Rua de D. João II, 26, em Queluz de Baixo, titulado por Alves & Reis, L.ª, (processo n.º 95/2006), nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do referido decreto-lei.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões por parte do público em geral, poderá naquele prazo ser efectivada, todos os dias, de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre as 8 horas e 30 minutos e as 17 horas e 30 minutos, na Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Morais*.
2611060404

Aviso n.º 21 727/2007

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 16 de Outubro de 2007 e em cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 6 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi nomeada, com dispensa de concurso, para a categoria de técnico superior principal (ciências do desporto), a funcionária Carla Alexandra Bastos Silva, a qual ficará posicionada no escalão 1, índice 510.

27 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611060776

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

Aviso (extracto) n.º 21 728/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 26 de Outubro de 2007, e na sequência do concurso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2005, foi nomeado, precedendo estágio, para o lugar vago no quadro de pessoal desta autarquia de técnico superior de 2.ª classe, licenciatura em Engenharia Civil, o estagiário João Manuel Martins Alves.

Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o candidato deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A nomeação acima mencionada não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Santos Marques*.

2611060433

Aviso (extracto) n.º 21 729/2007

Contrato de trabalho a termo resolutivo certo

Para efeitos do estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Outubro de 2007, foi decidida a celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo certo para o cargo de auxiliar de acção educativa, por um ano e por urgente conveniência de serviço, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2007, com a candidata classificada em primeiro lugar do respectivo concurso aberto por meu despacho de 7 de Setembro de 2007 Franclina Jorge Agostinho Pedroso. (Isento de visto pelo Tribunal de Contas.)

26 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Santos Marques*.

2611060436

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 21 730/2007

Dando cumprimento ao despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para Igualdade, declara-se que: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 3.º, no presente concurso o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Estes devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respectivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de selecção, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do diploma supramencionado.

1 — Assim, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por despacho de 13 de Setembro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, concurso externo de ingresso para admissão, o qual se destina ao preenchimento de dois lugares de auxiliar de serviços gerais do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para a presente vaga.

3 — O local de trabalho é na área do concelho de Ponta Delgada, sendo o vencimento fixado presentemente de € 418,24 (índice 128, escalão 1), acrescido da remuneração complementar de € 52,09, e as condições de trabalho e as regalias sociais são as vigentes para os actuais funcionários da administração local.

4 — Ao concurso poderão candidatar-se indivíduos que obedeçam aos requisitos constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, bem como na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.